

## MULHERES NO TRABALHO INFORMAL EM CONTEXTO DE PANDEMIA: CONSIDERAÇÕES À LUZ DO FEMINISMO DECOLONIAL DE MARIA LUGONES

GABRIELA PECANTET SIQUEIRA<sup>1</sup>; MARILIS LEMOS DE ALMEIDA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal Pelotas – [gabrielapecantet@gmail.com](mailto:gabrielapecantet@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [marilis\\_almeida@yahoo.com.br](mailto:marilis_almeida@yahoo.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

O Brasil carrega marcas do período colonial que foram atualizadas e ganharam novos contornos nas estruturas contemporâneas. Com o desenvolvimento de um capitalismo periférico, os caminhos de determinados grupos de pessoas, que foram mais exploradas na constituição sócio-histórica do país, são redesenhados de formas desiguais no ingresso ao mundo do trabalho no presente. As funções temporárias, os trabalhos informais e as profissões socialmente desvalorizadas são majoritariamente preenchidas hoje por negros e mulheres.

As mulheres enfrentam os reflexos do período colonial responsável pela racialização, classificação e hierarquização de seus corpos, e, a partir disso, pela distribuição de suas funções. A mulher branca coube o dever do cuidado restritos ao âmbito familiar, excluídas de espaços políticos, sendo vistas como frágeis e incapacitadas para qualquer trabalho fora do âmbito doméstico. Enquanto que as mulheres negras colonizadas o desumano trabalho escravo, em que pese, da mesma forma violenta a que era imposto aos homens negros colonizados, mas somado ainda as violências de natureza sexual (CARNEIRO, 2003). Trata-se da classificação dicotômica fundadora do pensamento colonial entre o humano (colonizador) e o não humano (colonizados), no qual este último estava ausente a atribuição de gênero Maria Lugones (2014).

A hegemonia categorial deste período atravessou a modernidade por meio da colonialidade (QUIJANO, 2005), permeando relações cotidianas e intersubjetividades que se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade. As relações patriarcais embrenharam-se historicamente as transformações capitalistas, nas palavras de Heleieth Saffioti, “não [havendo] de um lado dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração” (2015, p. 138). Assim, para compreender a exploração capitalista na vida das mulheres, principalmente na vida das mulheres que vivem em países periféricos deste sistema, é fundamental considerar a indissociabilidade entre “patriarcado, racismo e capitalismo” (SAFFIOTI, 2015).

Portanto, no Brasil as vivências das mulheres no mundo do trabalho são atravessadas por uma intersecção de opressões, motivo pelo qual devem ser analisadas dialeticamente com a colonialidade. Neste sentido, a autora María Lugones articula de maneira conjunta a interseccionalidade, introduzido pelos feminismos de mulheres de cor, e a colonialidade, marco teórico inaugurado por Aníbal Quijano, para chegar na formulação de sistema moderno-colonial de gênero (LUGONES, 2020).

Considerando as catastróficas consequências da atual crise sanitária, o mundo do trabalho vem sendo duramente afetado. No país deixa rastros de desemprego, perda de ocupação e renda e aumento da informalidade, onde mais

uma vez os mais penalizados são as pessoas sobre as quais recaem as opressões de raça e gênero. Assim, o presente trabalho busca refletir sobre como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia da Covid-19 as mulheres inseridas da informalidade no Brasil, sobretudo as mulheres de classe mais pobres e negras, à luz do debate teórico crítico do feminismo decolonial de Maria Lugones.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho teve cunho qualitativo e contou com a análise interseccional, pelo viés do feminismo decolonial, dos dados estatísticos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) - Contínua (IBGE, 2019a), Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2019b), PNAD - Contínua Trimestral (IBGEc) e PNAD-COVID-19.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada a respeito da ocorrência de vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China. Após uma semana, no dia 7 de janeiro de 2020, houve a confirmação por autoridades chinesas de que se tratava de um novo coronavírus (SARS-CoV-2) causador da doença COVID-19, nunca identificado até então em seres humanos. Em apenas dois meses a OMS, no dia 11 de março de 2020, declara pandemia mundial da COVID-19 e dias depois, no Brasil, foram registradas as primeiras mortes em virtude da doença (PAHO, 2021).

No contexto de pandemia da COVID-19, trabalhadores e trabalhadoras enfrentam “uma grave violência estrutural, expostos ao vírus, à desinformação, ao temor pela morte de seus familiares, ao desemprego e a dura condição de não ter escolha” (LEAL, 2020). Questões que somam-se às mudanças decorrentes de alterações legislativas que já estavam em curso, como as da emenda constitucional do teto de gasto, da Reforma Trabalhista, da lei da terceirização e da Reforma da Previdência, que afetaram profundamente as condições de vida e questões relacionadas à proteção a direitos trabalhistas (*idem*).

Em 2019, a relação de pessoas em ocupações informais considerando cor e raça, indicava que 47,4% eram pretas ou pardas, enquanto que 34,5% brancas, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) - Contínua (IBGE, 2019a). As mulheres em ocupações informais, segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2019b) do mesmo ano, correspondiam a 42%, simbolizando 20% do emprego masculino. E, ainda, dentre as trabalhadoras informais, 47,8% eram mulheres negras, segundo PNAD - Contínua (IBGE, 2019a). Além disso, enquanto os homens tinham maior participação como empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria, as mulheres estavam em maior proporção no trabalho auxiliar familiar e compondo quase que integralmente o trabalho doméstico sem carteira.

Através dos dados da PNAD - Contínua Trimestral (IBGEc) ao se comparar o mercado de trabalho de novembro de 2019 a janeiro de 2020 com fevereiro a abril de 2020 constata-se que 3 milhões de postos de trabalho foram fechados, sendo 2 milhões informais e 1 milhão formais (PRATES *et al*, 2021). Conforme PNAD Covid-19, nos meses de maio, junho e julho, ocorreu um leve aumento da taxa de informalidade seguido de uma pequena redução que “pode estar relacionada com

a queda na taxa de participação da força de trabalho e o aumento da desocupação”, em outras palavras, parte das pessoas que se encontravam na informalidade passaram à situação de desocupação ou de inatividade (SILVA; SILVA, 2020). Assim, parcela das mulheres que estavam na informalidade - representando 73,2% em maio, 72,6% em junho e 68,5% em julho de 2020 -, sem vínculo e proteção social, saíram do mercado de trabalho e deixaram de auferir renda. Importa sublinhar que a maior parte destas mulheres são negras.

#### 4. CONCLUSÕES

Os processos sócio-históricos, principalmente a influência que o passado do período colonial exerce na realidade do mundo do trabalho brasileiro hoje, tem papel significativo na constituição da informalidade do país. Em relação a este, quando os dados apresentados revelam que existe e se mantém (em meio a pandemia) uma composição onde maior parte das pessoas são negras e mulheres, nos informa que o período colonial não está tão distante quanto parece, e que as mulheres negras continuam sendo as mais penalizadas. Deste modo, apesar da informalidade ser muito explorada pela Sociologia do Trabalho, a nova realidade colocada pela pandemia da COVID-19 faz necessária rediscuti-la, o que brevemente busquei com esta escrita propondo novas bases teóricas para seu estudo.

Por fim, considero que as implicações do conceito da interseccionalidade pelo feminismo decolonial permitem problematizar o marco teórico da própria divisão sexual do trabalho, já que as esferas de trabalho na vida das mulheres, no âmbito externo - com o trabalho produtivo - e interno - com o trabalho reprodutivo - estão relacionadas a articulação de múltiplos marcadores da diferenças, que conectadas entre si produzem desigualdades variadas, o que implica em uma divisão interseccional do trabalho.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Gelédes**. 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Contínua 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira em 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - Covid-19 – microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

LEAL, E. M. Trabalho e relações de classe em tempos de pandemia. **Tessituras**. V. 8, N. 1. Pelotas, RS. 2020. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18906>>.  
Acesso em: 23 de dez. de 2020.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In.: HOLANDA, Heloísa Buarque de; et al. (Orgs.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** - 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

\_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, set-dez, 2014. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 5 de out. 2020.

PAHO. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em:  
<<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

PRATES, I.; LIMA, M.; SOUSA, C. J.; COSTA, G. S.; BERTOLOZZI, T. B. Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, **AFROCEBRAP**, n. 7, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

SILVA, T. D.; SILVA, S. P. **Nota Técnica n. 46 (Diest) - Trabalho, população negra e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19**. IPEA. 2020.